



15º Congresso de Iniciação Científica

EQUIPAMENTOS DE LAZER E ESPORTE EM REGIÕES METROPOLITANAS - CONTRIBUIÇÕES

Autor(es)

DAYENE MORMANO VIEIRA

Orientador(es)

Nelson Carvalho Marcellino

1. Introdução

As políticas públicas não devem se restringir somente a políticas de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados. É necessário também uma política de reordenação do tempo, com a sua, redução da jornada de trabalho, etc; significa, também, falar numa política de formação e desenvolvimento de pessoal, para que o corpo técnico trabalhe de forma eficiente e atualizada; e finalmente, numa política de reordenação do solo - urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer: Este trabalho se concentrou nesse último aspecto.(MARCELLINO 2002 b) . A malha urbana de acordo com o desenvolvimento das últimas décadas, no nosso País, concentrou as populações nas regiões metropolitanas, colocando-nos assim frente a novo quadro urbano. Aliás, historicamente o lazer sempre se configurou como uma problemática essencialmente urbana (REQUIXA, 1977). Diante desse novo quadro urbano é imperioso que se trabalhe em políticas públicas na perspectiva dessas regiões - consórcios. É impossível ficar restrito aos âmbitos municipais, inclusive com a série de impactos que políticas de lazer podem trazer para regiões inteiras (MARCELLINO, 2002b).

[1] Orientanda, Graduanda em Educação Física da FACIS –UNIMEP, bolsista da Rede CEDES-Ministério do Esporte

2. Objetivos

Entender o processo histórico de construção, manutenção e animação dos equipamentos de esporte e lazer,

em regiões metropolitanas.

3. Desenvolvimento

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a partir de levantamento inicial, realizado nos Sistemas de Biblioteca da UNIMEP e UNICAMP, com os temas chave: Políticas Públicas, Espaços e Equipamentos, Lazer e Esporte. O material foi selecionado através de análise textual. Posteriormente foram realizadas as análises temática e interpretativa.

4. Resultados

O Lazer como conhecemos hoje é uma problemática tipicamente urbana, característica das grandes cidades,. Contudo ultrapassa as “fronteiras” urbanas, uma vez que a mídia leva as suas necessidades como “mercadoria” para outras regiões nem tão grandes, nem tão urbanizadas. É preciso prestar atenção para não confundir espaço de lazer e equipamentos, o que acontece comumente; Santini (1993) coloca que existem duas formas de entendimento para essa diferença entre os conceitos. O primeiro entendimento propõe que os dois devem ser usados como sinônimo, já o segundo faz uma distinção clara entre espaço e equipamento. Espaço é o suporte para o equipamento, e os equipamentos são compreendidos como objetos que organizam o espaço. Logo, seguindo ainda o pensamento de Santini concluímos que, é possível o lazer sem o equipamento, mas não sem o espaço. E se a questão for analisada na vida diária, no cotidiano da maioria da população o espaço de lazer é o espaço urbano. As cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer. Uma análise de situação, da questão do espaço e dos equipamentos de lazer, põem em destaque algumas características indesejáveis, quando se pensa em termos de democratização, um dos valores centrais, ao lado da participação popular, na concepção de políticas de lazer, que vem orientando os trabalhos de políticas públicas mais progressistas (MARCELLINO, 2002a). Ainda sobre a visão de espaço versus espaço urbano de lazer é possível constatar o descompasso entre ambos em virtude do crescimento acelerado e imediatista, não tendo o acompanhamento da infraestrutura; a ocupação do solo é notoriamente desigual comparando-se áreas centrais, ou os chamados pólos nobres, e de outro a periferia com seus bolsões de pobreza, verdadeiros depósitos de habitações. O grande problema também nas cidades é a questão de espaço e o tempo. O trabalhador costuma perder grande parte do seu dia no deslocamento de sua casa ao trabalho, e nas grandes concentrações urbanas já é comum a existência de cidades satélites, também chamadas de dormitórios oferecendo assim descanso necessário a mão de obra que alimentará o ritmo da produção no dia seguinte. A situação se agrava frente ao isolamento de parte da população que não toma parte nem conhecimento das decisões que são tomadas e que afetam diretamente sua vida diária. Ao se considerar o espaço é preciso que se considere o tempo. Não há como evitar essa interface. Os usos de um se desdobram nos usos do outro e vice-versa. E dessa forma, ao tempo abstrato corresponde, portanto, um espaço abstrato. Ao ser submetida à lógica do lucro a cidade é rebaixada de obra (valor de uso e fruição) a produto de consumo (instrumento de valor e troca), e o espaço/tempo passam a ser considerados como itens de produção-mercadoria. Os espaços públicos passam a ser convertidos em espaços “privatizados” (SANTOS, 1999, LEFREVE, 1991b). Os espaços para lazer pouco restaram nas cidades, vista pelos grandes investidores como uma mercadoria. “Há muito a cidade deixou de ser basicamente um espaço público, neutro, sem querer chamar a atenção. A própria cidade é um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas”. (SASSEN, 2000, p. 120). Para isso é necessário que o poder municipal veja a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, antes que investidores os transformem em produtos acessíveis apenas para a população mais abonada. Se o lazer é visto como consumo, logo os equipamentos de lazer também. “A construção dos núcleos é primordialmente assentada em interesses econômicos. Foram e são concebidos como locais de produção, ou de consumo”.(MARCELLINO, 2002 c ,p. 25). Assim os equipamentos e os espaços de lazer seguem uma privatização, incluindo as áreas verdes, e passam a ser “mercadorias”. Há falta de equipamentos de lazer nas cidades, elas não contam com um numero suficiente de equipamentos específicos de lazer para o atendimento à população , e o que é pior, muitos deles como cinemas, teatros, que são mantidos pela iniciativa privada estão fechados, dando lugar a empreendimentos mais lucrativos. Mesmo as cidades que

possuem os equipamentos não otimizam sua utilização, pela falta de conhecimento do grande público, ou seja. Pela falta de divulgação entre os moradores. Iniciativas privadas vêm sendo tomadas e são muito importantes, porém o poder público não poder ficar indiferente as decisões tomadas ausentando-se. O urbanismo moderno atribuiu às cidades quatro funções: lazer, morar, trabalho e circulação. Sendo que os três primeiros ficam confinadas e localizados em espaços privados, e a quarta cabendo ao poder público.(ROLNIK, 2000). Assim os equipamentos assumidos pela iniciativa privada, normalmente são mais acessíveis a população com renda financeira maior, e os mantidos pelo poder público são de péssima qualidade - já que o poder público vem sendo negligente quanto a essa questão. Dá-se a privatização de espaços para convivência social em favor das classes mais favorecidas. Assim, o bairro é substituído pelo condomínio fechado, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento, e as ruas pelos “shoppings centers”. (BONALUME, 2002) Nas grandes cidades a população busca por lugares mais abertos, áreas verdes (praças, parque etc) por sentirem necessidade de estarem em contato com o meio ambiente. “Eis porque alguns grandes parques, espalhados pela cidade, tornam-se pólos centralizados de verdadeiras multidões.”(SANTINI, 1993, p.44). Por isso que os parques possuem uma grande importância para o lazer da população. A pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001) aponta que em quase metade da região metropolitana de Campinas (RMC) não há espaços culturais e de lazer construídos, embora o perfil apresentado para a região esteja acima da média brasileira em oferta de serviços de lazer e cultura. Ainda assim, as cidades periféricas da região conseguem ter algum serviço de qualidade em lazer, quando eles são da natureza, como lagos e cachoeiras. Mas, mesmo aqueles mais democráticos, como parques, também são muito pobres nas periferias. Dos municípios que integram a RMC apenas um não tem clube ou associação recreativa e somente dois não têm estádio ou ginásio poliesportivo, mas a pesquisa constata a alta concentração dos serviços na cidade sede. Segundo Rinaldo Bárcia Fonseca, coordenador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur), do Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), esses dados refletem o perfil tradicional das regiões metropolitanas, que são caracterizadas por Centro e periferia, onde a oferta de serviços de qualidade está no Centro (COSTA, 2002). Se isso é grave quanto ao acesso aos espaços e equipamentos de lazer em geral, fica mais grave ainda no que se refere aos equipamentos esportivos, pela frequência e regularidade que a prática da atividade dos conteúdos físico-esportivos exige. Mesmo para o município sede das regiões metropolitanas, onde há mais facilidade de acesso aos equipamentos, é preciso verificar o grau de “sacralização” de que muitas vezes eles são revestidos, como fatores inibidores, do seu efetivo uso democrático por parte da população.

[1] Orientador, Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em Educação Física da FACIS-UNIMEP, Pesquisador do CNPq e Coordenador do Núcleo da Rede CEDES, do Ministério do Esporte, na UNIMEP.

5. Considerações Finais

Conclui-se que a mancha urbana metropolitana fica além dos limites dos municípios. Assim os problemas ganham outra dimensão, os equipamentos da Região Metropolitana que são utilizados pela população da região e não somente de municípios isolados, sendo difícil a manutenção dos equipamentos de grandes proporções apenas por um município. Uma das alternativas que se apresentam são os Consórcios entre os Municípios. Logo, a circulação cotidiana pela região pelos moradores das cidades que a compõem, pode passar de algo monótono para uma atividade prazerosa, uma vez que eles moram em cidades diferentes daquelas onde estudam, ou trabalham. Assim as soluções também terão que partir de um ponto de vista metropolitano.

Referências Bibliográficas

- BONALUME, C. R. O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida. In: MULLER, A; DACOSTA, L. P. (orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 189-214.
- COSTA, M. T. **Quase metade da RMC é carente de espaços culturais**. 2002. Disponível em: . Acesso em: 20 dez 2006.

- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**, 2001. Disponível em: . Acesso em: 13 jun. 2007
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.**, S.Paulo, Ática, 1991 a .
_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991b.
- MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer: Uma introdução-** 3ªed., Campinas, Autores Associados, 2002a.
_____. **Lazer& Esporte: Políticas públicas.** Campinas, Autores Associados, 2002b
_____. **Lazer e humanização.** 6 a ed. Campinas Papyrus, 2002 c.
- REQUIXA, R. **O Lazer no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1977.
- ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **LAZER numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society.** São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 179-184.
- SANTINI, R. de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação.** São Paulo: Angelotti, 1993. 101 p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- SASSEN, S. A cidade e a indústria global do entretenimento. In: **LAZER numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society.** São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 113-120.